

Atuação do Estado e segregação: a questão da habitação em São João Nepomuceno/MG

State action and segregation: the housing question in São João Nepomuceno/MG

Mauricio Velasco*, Raquel Gonçalves**

*Instituto de Arte e Projeto, Brasil, mhenriquesv@yahoo.com.br

**Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, raquelgargon@hotmail.com

usjt

arq.urb

número 34 | maio - ago de 2022

Recebido: 23/03/2021

Aceito: 10/07/2022

DOI: [10.37916/arq.urb.vi34.514](https://doi.org/10.37916/arq.urb.vi34.514)



Palavras-chave:

Planejamento.
Morfologia urbana.
Política urbana.

Keywords:

Planning.
Urban morphology.
Urban politics.

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a abrangência da política habitacional no município de São João Nepomuceno, pequeno município mineiro de tradição industrial têxtil, a partir da produção do espaço urbano pelos mecanismos de planejamento urbano das esferas federal, estadual e municipal. Busca-se discutir o papel do Estado na construção da cidade capitalista industrial e o sentido da sua atuação junto aos demais atores de relevância na produção do espaço urbano, como o capital empresarial dos setores têxtil e vestuário e a classe trabalhadora, contribuindo para o debate sobre a cidade moderna a partir de um estudo de caso de menor escala.

Abstract

This article has as main purpose to analyze the coverage of housing policy in the city of São João Nepomuceno, an industrial town of Minas Gerais state, since the urban space production by the planning apparatus of city, state and federal scales. It searches to discuss the paper of state in the industrial capitalist city drawing as well as the sense of its action together with other relevant actors of urban space production, such as the enterprise capitals of textile and clothing production sectors and the working class, contributing to the discussion about the modern city since a case study of smaller scale.

Introdução

O tema central abordado por esta pesquisa está relacionado à segregação espacial em cidades de pequeno porte¹. O principal objetivo é analisar a abrangência da política habitacional no município de São João Nepomuceno, pequeno município mineiro de tradição industrial têxtil, a partir da produção do espaço urbano pelos mecanismos de planejamento urbano das esferas federal, estadual e municipal. Diante dessas questões, torna-se relevante analisar e mapear a trajetória das políticas públicas de habitação em diálogo com o perfil econômico local, com os elementos sociais do capital industrial e da classe trabalhadora, e as formas de segregação presentes atualmente no distrito-sede de São João Nepomuceno, município da macrorregião da Zona da Mata, no interior de Minas Gerais.

O método de abordagem utilizado foi o dedutivo, partindo de teorias e referências de estudo já consolidadas para analisar os fenômenos particulares do contexto em questão. Foi empregado, para procedimento, o método histórico (analisando a evolução do tecido urbano e da distribuição dos grupos sociais ao longo das décadas até o presente). Em relação às técnicas de pesquisa, foi utilizada a técnica de coleta de dados indireta, pesquisa documental e bibliográfica, e também técnica direta de coleta de dados (LAKATOS; MARCONI, 1995), a partir da observação de fenômenos e do cotidiano urbano em pontos da cidade, bem como a análise de mapas e fotos aéreas, que auxiliam significativamente no entendimento do perfil das dinâmicas urbanas ao longo do tempo (diferenciar a cidade formal e a informal, identificar as direções de crescimento da área urbana, impactos, vetores de expansão, e outros). A coleta de dados pela técnica direta também foi feita pela forma de entrevistas a membros da comunidade são-joanense, que se disponibilizaram para contribuir, a partir da experiência de cada um, com esta pesquisa.

O artigo está dividido em cinco partes. A primeira apresenta o aporte teórico sobre o Estado e sua atuação na produção do espaço. Em seguida se insere o contexto brasileiro, a partir da consolidação do Estado após a Revolução de 1930, em paralelo ao processo de industrialização ao longo do século XX. A terceira parte introduz a história de São João Nepomuceno como pano de fundo para a análise mais

detalhada de sua forma urbana e sua modelagem a partir da atuação do Estado, exposta na quarta parte. Por último propõe-se a interpretação do processo por meio das ferramentas teóricas exibidas inicialmente, de modo a contribuir para a discussão sobre o sentido da produção do espaço urbano moderno pelo Estado.

Teorias sobre a atuação do Estado no espaço urbano

A soberania legítima do Estado é inaugurada sob o molde de monarquias absolutas, com burocracias eficientes, abrangentes sistemas de coleta de impostos e grande centralização das decisões de governo. Conseqüentemente, tem início também sistemática intervenção estatal na construção e regulação dos espaços urbanos, testemunhada nas cidades barrocas dos séculos XVII e XVIII. Essas intervenções, características do período mercantil, passam a ser pouco a pouco questionadas pelas ideias liberais no contexto da revolução industrial, iniciada na Inglaterra a partir de 1750, exatamente no momento em que a cidade dilata seus limites ao tornar-se, ao mesmo tempo, o lugar da produção e a moradia da massa operária (LEFEBVRE, 1999). Nesse processo, que dura aproximadamente um século, de 1750 a 1850, as classes dominantes, já tradicionalmente consolidadas nas cidades, passam a disputar espaço também com os dominados. A ausência do Estado, resultante da crise do regime absolutista e do advento das ideias liberal-burguesas na primeira metade do século XIX, contribui para crises sistemáticas na moradia, no transporte e no saneamento, até que o risco de colapso e de rebeliões operárias leva as elites a ver com bons olhos a volta das intervenções estatais no desenho e planejamento das cidades (BENEVOLO, 1980).

Surge, dessa forma, o urbanismo como ciência, que é inaugurado pelas iniciativas à moda de Haussman e Cerdá, onde o proletariado era jogado para fora dos centros. Após a Comuna de Paris em 1871, a virada do século testemunha a ineficácia do modelo haussmaniano para a solução das questões sociais da aglomeração moderna. O urbanismo passa, a partir do início do século XX, a se desenvolver em torno da discussão sobre o direito à habitação, que se concretiza na ordem disciplinar da cidade moderna, até a crise da metrópole revelada pelas rebeliões de Watts e o contexto de maio de 1968, na França. A figura do Estado neste processo, com

¹Este trabalho é uma reflexão sobre temática analisada em uma pesquisa de mestrado defendida em 2020 e desenvolvida no Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (NPGAU).

seus sucessos e fracassos, se torna um importante objeto de discussão entre diversos teóricos que pensam, de alguma maneira, o espaço e a sociedade. Uma vez que nosso objetivo primordial é mostrar como a atuação do Estado provoca a modelagem desigual dos organismos urbanos, a perspectiva marxista e seu debate com outras fontes será de grande relevância para o entendimento deste processo, por buscar nos fatores econômicos e sociais os motores dessas configurações espaciais.

O primeiro ponto relevante a ser tratado é a relação entre o Estado, o espaço e a economia capitalista. Surge dessa relação o debate a respeito da função do Estado na construção da cidade capitalista. Ele pode ser um instrumento político ou um agente que atua de acordo com seus próprios interesses. Na perspectiva marxista, ele é mais um instrumento político do que um interessado autônomo. Um instrumento que administra e regula o sistema capitalista. Duas funções são primordiais, portanto: acumulação, “administrando o processo de acumulação de capital na forma como é desenvolvido o espaço”, e legitimação, “ação de política pública em atenuar o conflito de classe” (SCOTT, 1980; LOJKINE, 1977a, p.141 apud GOTTDIENER, 1985, p.136). Essa dinâmica, traduzida para a perspectiva do conflito urbano, constitui no antagonismo entre capital e trabalho, refletindo a primazia das condições econômicas para a compreensão das disputas no espaço urbano. Por outro lado, o conflito pode ser interpretado a partir de desigualdades no provimento de recursos, o que dá maior relevância ao conflito definido por relações sócio-espaciais e à figura do Estado como um modelador direto do espaço, mais do que um instrumento político (GOTTDIENER, 1985).

Pode-se ainda explorar a dicotomia entre “Estado instrumento”, que age em nome do capital para que este configure o espaço, e “Estado desenhista”, que age diretamente para produzir o espaço. Misztal e Misztal (1984) nos oferece a perspectiva do papel do Estado como agente direto na construção de cidades nos regimes socialistas, em contraponto à visão marxista clássica do Estado como apenas instrumento dos agentes econômicos dominantes (apud GOTTDIENER, 1985). Dessa forma, podemos levar em conta esse modo de atuação direta do Estado como uma possibilidade a ser considerada também no mundo capitalista, como aponta Gottdiener (1985, p. 136-137).

Lojkine (1997) classifica as intervenções estatais em três setores: a localização industrial, a localização dos diferentes tipos de habitação, e a localização dos meios de consumo. Há um quarto setor, o uso do solo, comum aos três anteriores:

O uso do solo em si pode constituir um quarto elemento embora os processos de aquisição e de atribuição do solo pelos aparelhos estatais constituam menos um “setor” das práticas urbanas do que um elemento de práticas jurídico-financeiras comuns aos três setores (LOJKINE, 1997, p.211).

É pertinente extrair da mesma obra de Lojkine o debate sobre a atuação da esfera pública em relação à luta de classes, o que contribui para a elucidação da temática a respeito do Estado contida aqui, sobretudo a dúvida já colocada se ele é, por um lado, uma espécie de comitê eleitoral da classe dominante, como prefere Lojkine (1997), o Estado subordinado ao capital monopolista, ou por outro lado, a condenação de diversas forças de classe de Poulantzas (SOUZA, 2006), que realiza concessões a frações de classes não dominantes ou assalariadas. Essas concessões são consubstanciadas espacialmente na forma de quatro elementos da política pública: a política fundiária, a autonomia local, a política de centros comerciais e as renovações urbanas (LOJKINE, 1997). Essas concessões, feitas “sob pressão de movimentos de protesto maciços”, apresentam limites dentro do sistema capitalista, que “não devem ser atribuídos a uma opção urbanística nem a uma forma arquitetural peculiar, mas sim à segregação da qual são vítimas os trabalhadores com referência às zonas de concentração dos equipamentos coletivos” (LOJKINE, 1997, p.300).

Henri Lefebvre (2009) se refere à uma subdivisão em níveis no espaço atual, do superior ao inferior: o superior global sendo o G, um intermediário M e o privado P. O G é aqui o mais importante a ser visto, uma vez que traduz a crítica lefebvriana do Estado como o executor máximo das estratégias e da lógica da classe dominante, e a versão espacial desta relação é o urbanismo, que reproduz essa lógica em forma de segregação e fragmentação do espaço urbano em funções ou guetos. Sua ação pode variar do *neoliberalismo*, onde o Estado deixa maior raio de ação à empresa privada, até o *neodirigismo*, que oferece uma perspectiva mais totalizante de intervenção do poder público (LEFEBVRE, 1999). Há ainda o outro sinônimo do urbanismo e da ação do Estado na chamada *sociedade burocrática do consumo dirigido*, que “organiza o espaço habitado e dirige o consumo do habitat” (LEFEBVRE, 1999, p.147).

O panorama da habitação no Brasil Industrialização e inserção no sistema capitalista

Após a Segunda Guerra Mundial, o país inicia um novo ciclo de industrialização, com a produção de bens de consumo duráveis (indústria automobilística) e de capital (indústria naval), integração do território e ampliação significativa do mercado interno (MARICATO, 1996 p.41). Se antes o meio urbano já atraía como possibilidade de empregos e da estabilidade, neste contexto é experimentado um fluxo ainda maior de migração às cidades. Esse modelo permanece do período populista (1945-1964) até a crise da ditadura civil-militar (1964-1985). Esse período em questão é caracterizado pela inserção definitiva do Brasil no sistema capitalista, sendo, de forma semelhante à maior parte da periferia mundial, um processo contraditório e mal distribuído no território. A periferia, nesse sentido, “é a parte do mundo na qual o regime de acumulação dos países capitalistas mais avançados não conseguiu se implantar” (LIPIETZ, 1988, p.45).

Concomitantemente à montagem do parque industrial do país, inicia-se, na década de 1940, e acompanhada do processo de estruturação institucional do Estado Novo, uma política habitacional cujo financiamento era feito a partir dos institutos de aposentadoria (IAP's) de diversos segmentos da classe trabalhadora, sendo os principais o bancário, o industrial e o comercial. Essa política foi continuada no período populista, junto com outros esforços de centralização da política habitacional no nível federal, como a criação da Fundação da Casa Popular, que se mostraram frustrados, só atendendo a demanda parcial de determinadas classes, sendo insuficiente para cobrir os números da nova força de trabalho urbana ao longo desse período (BONDUKI, 2014). A política habitacional do período militar (1964-85) foi realizada de forma mais centralizada, por meio da criação do Banco Nacional de Habitação e das companhias de habitação popular (as chamadas COHAB's) em cada estado, cuja principal fonte de financiamento era o também recém-criado Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o que atendeu às demandas da indústria da construção civil nos anos de crescimento econômico da década de 1970. Apesar do grande esforço dessa política, a maior parte do volume de habitações foi absorvida pela classe média, ficando o mercado imobiliário ainda restrito a esses setores.

Ao contrário da antiga política inaugurada por Vargas, a política habitacional do período militar ficou marcada pela produção de um grande número de unidades construídas, mas com consideráveis defasagens na qualidade das construções e dos projetos (BONDUKI, 2014).

De 1980 em diante: do desmonte militar aos novos programas de habitação

O panorama internacional, a economia nacional e a postura do Estado nesse período contribuíram, sem dúvida, para o molde definitivo das cidades brasileiras como as conhecemos, com grandes periferias marginalizadas compostas por favelas e bairros oriundos de loteamentos irregulares, tendo o “assentamento ilegal residencial constituído inesgotável fonte de clientelismo político que é historicamente praticado no Brasil pelo Legislativo e também pelo Executivo” (MARICATO, 1996, p.24). Esse quadro das problemáticas urbanas é agravado na década de 1990 e início do século XXI, período marcado pela ausência de uma política habitacional sistematizada, apesar de um incremento do arcabouço legislativo em relação ao tema (arts.182 e 183 da Constituição Federal, Estatuto da Cidade, planos diretores municipais), graças às lutas dos movimentos sociais desde a década de 1980. Esforços da produção habitacional dos anos 2000 reinauguraram uma política centralizada e de abrangência nacional, desde à concepção de diretrizes e planos de ação do Projeto Moradia (2000), até o incremento institucional ocorrido a partir de 2003, com a criação do Ministério das Cidades e a inauguração da Política Nacional de Habitação em 2004. Apesar da estrutura institucional criada, a implementação efetiva da política habitacional precisou esperar alguns anos até o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, e o Programa Minha Casa Minha Vida em 2009, cujo financiamento vinha tanto dos tradicionais FGTS e SBPE, como também pela via de subsídios provenientes do Orçamento Geral da União. Essas iniciativas têm tido efeito relativo sobre a correção do déficit habitacional entre as parcelas mais pobres, tendo esses programas repetido os mesmos erros do BNH da era militar, que constituía mais um mecanismo de absorção de mão de obra da construção civil e programas voltados para a financeirização e movimentação da economia do que uma verdadeira política habitacional². Além dessa questão dos

²Para mais informações sobre o tema ver Nabil Bonduki, Os Pioneiros da Habitação Social, 2014.

contingentes a serem beneficiados, a questão urbana e fundiária também contribuiu para o sucesso relativo do programa, sendo a maioria dos conjuntos “localizada na periferia das cidades, distante dos empregos, desarticulada da malha urbana existente, com projetos de moradia sem qualidade arquitetônica nem identidade com as comunidades locais” (BONDUKI, 2014, p.123).

Histórico de São João Nepomuceno

O universo deste estudo está delimitado no tecido urbano do distrito-sede do município de São João Nepomuceno, localizado na Zona da Mata mineira. O município testemunha a ocupação pioneira de seu território, bem como sua primeira emancipação política no início do século XIX, e durante este século sua economia se baseia na produção cafeeira por meio das relações de trabalho entre senhor e escravo. Além do distrito-sede em questão, foco da pesquisa, surgiram na região outros arraiais de menor tamanho, como suportes para outras atividades rurais ligadas não só ao café, mas à produção de alimentos. Essas vilas se tornaram distritos vinculados à órbita política e administrativa do município de São João Nepomuceno.

Em seguida ao período imperial de base escravocrata e cafeeira, o território são-joanense passa por importantes metamorfoses sociais e econômicas a partir de 1880, com a abertura dos canais de integração desta região com a capital nacional por meio da estrada de ferro, possibilitando o fluxo de novos serviços e imigrantes. Esse panorama possibilita a diversificação de sua economia e composição social, e também a consolidação efetiva das relações modernas de trabalho, entre patrões e empregados assalariados. Esses incrementos são impulsionados, em grande medida, pela instalação da indústria têxtil, com a fundação da Companhia Fiação e Tecelagem Sarmento (CFTS), também ao final do século XIX, o que molda, de forma permanente, o perfil da cidade durante boa parte do século XX até o declínio das atividades deste ramo, na década de 1980. Este contexto de transição inaugura novas vocações econômicas na cidade, que se consolidam nestas últimas décadas do século. A maioria indiretamente ligada à antiga indústria, como a produção de vestuário, que se faz de forma descentralizada em diferentes empresas, e, posteriormente, também em unidades domésticas de produção, por meio do sistema de facções, e outras como a indústria da construção e o mercado imobiliário, sem vínculo aparente com a tradição industrial têxtil consolidada ao longo do século passado. Neste contexto, uma parte dos investimentos encontrou refúgio na construção e nas atividades ligadas à terra urbana. Embora tenha havido, em meados do século XX, um movimento de expansão da cidade e, de algum modo, uma atividade de construção civil intrínseca ao processo, essa expansão foi legitimada pelo foco na reprodução da força de trabalho, nos espaços de existência, sobretudo, da classe trabalhadora. O que se mostra a partir desse momento é uma via de mão dupla, onde permanece a lógica do surgimento de novos espaços de moradia, portanto de reprodução, mas também um outro motor ligado à lógica capitalista. Nesse sentido, o componente substancial do financiamento estatal da moradia e do consumo coletivo se dilui com a expansão do mercado privado, visando ampliar a margem do capital industrial para sua reprodução. O componente, desta vez, é novamente sob

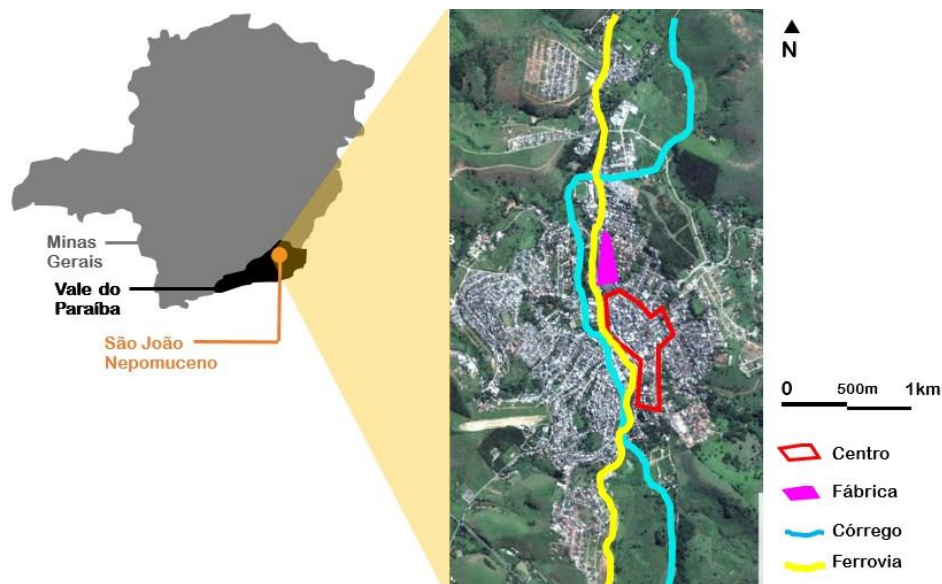


Figura 1. Localização de São João Nepomuceno no estado. Fonte: Elaborado pelo autor com base em vista aérea

o ponto de vista de Lefebvre (1999), a constituição de um “circuito secundário”³, a própria reprodução do capital diretamente pela via da expansão e da modificação constante do ambiente urbano. Tal dinâmica da economia pela via do ambiente construído e do mercado imobiliário está baseada, basicamente, na criação de novos espaços de moradia. Durante sua formação econômica, a cidade sofreu modificações substanciais em seu tecido urbano e, como consequência, alterações na implantação dos grupos sociais neste espaço. Tais modificações foram certamente a ferramenta de pesquisa mais importante para este trabalho.

1930 a 1980: expansão pela força de trabalho fabril

O período que compreende meados do século XX, especificamente entre as décadas de 1930 e 1980, é marcado pelo transbordamento do tecido urbano de São João para além do núcleo inicial que se consolidou ao longo do tempo como o centro da cidade, tanto no imaginário do cidadão são-joanense como para critérios oficiais da administração pública e do Estado. Assim como a investigação sobre as direções do território que essa nova etapa da evolução do tecido urbano tomou (VILLAÇA, 1998), também se torna importante nesse momento entender o que significa o surgimento desses bairros da cidade, identificados pelos são-joanenses como os quatro pioneiros: São José, Santa Rita, Caxangá e Popular⁴. Trata-se primordialmente da intensificação da diferenciação espacial da classe trabalhadora à medida que cresce a necessidade de novos espaços para a reprodução da força de trabalho⁵. Todo esse processo coincide com a expansão da atividade industrial têxtil na cidade nos anos 1940 e 1950 (COSTA, 2016).

Espacialmente, esses novos braços do tecido urbano possuem similaridades entre si por terem tomado as direções de regiões de topografia mais elevada, em contraposição à região central mais baixa, em torno da fábrica e linha de ferro. Com exceção do bairro São José, que surgiu a leste do Rosário, os demais bairros constituem elementos a oeste, fisicamente destacados da região central pioneira pelas linhas do córrego e da ferrovia. Essas direções da expansão, sobretudo a oeste, vão se

consolidar como o padrão do processo de periferação da cidade ao longo do século XX, assim como o córrego e a linha férrea vão se confirmar como fronteiras sociais. A linha do tempo relacionada ao surgimento desses novos bairros e à expansão do tecido urbano segue, provavelmente, com a diferença de alguns anos, podendo variar entre um caso e outro, a sequência temporal das leis municipais disponíveis para pesquisa, que versam sobre as denominações dos logradouros públicos, do final da década de 1940 até o presente momento. A sequência das denominações será aqui, portanto, o termo de referência do surgimento dos bairros.

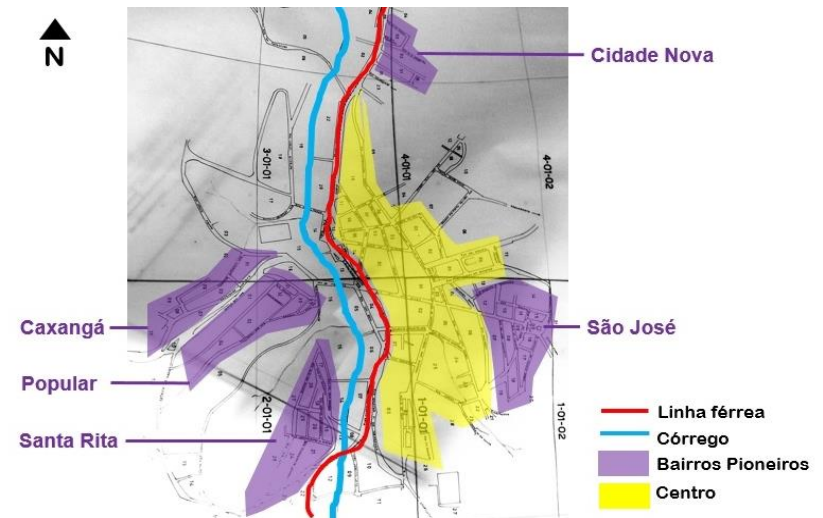


Figura 2. Os primeiros bairros. Fonte: Secretaria Municipal de Obras de São João Nepomuceno.

O bairro Santa Rita foi o primeiro braço de expansão do tecido urbano do lado oeste dos já mencionados elementos divisores: o córrego e a linha do trem. Localizado na colina imediatamente a oeste do pioneiro morro da igreja Matriz, suas primeiras ruas ganharam nome no final da década de 1940, sendo a rua do Carmo o nome de

³Lefebvre traz a ideia de circuito secundário, ou setor secundário, numa diferenciação entre o ganho de capital pelo espaço e pelo ambiente construído, que seria o bem de consumo mais durável possível das demais atividades da indústria; o circuito primário, ligado aos bens móveis, duráveis ou não- duráveis.

⁴Entrevista com Geraldo José Barbosa de Mendonça, em 08 de março de 2019.

⁵Segundo a teoria marxista, a produção está relacionada à transformação da natureza para construir a riqueza material mediante o trabalho. A reprodução está relacionada à vida do trabalhador e à garantia de suas condições de existência, tal como a habitação, alimentação, etc. (QUINTANEIRO, 1995).

maior referência no imaginário de quem presenciou o surgimento do bairro⁶. Trabalhava-se, nessa época, de um local considerado distante pelos moradores da região central, o que era reforçado pelo fato de que nem São João nem o Brasil, de maneira geral, constituíam sociedades motorizadas nesta época. O relevo acidentado do local era um confirmador desse senso de distanciamento, e, durante muito tempo, o bairro permaneceu um elemento destacado do corpo central da cidade.

[...] na Santa Rita só tinha a rua do Carmo, lá em cima...foi a primeira rua do Santa Rita durante muitos anos. Ela ia até a igreja do Santa Rita. Pra lá não tinha nada. A (rua) Doutor Laureano é mais velha também (Luciano Fonseca, 86 anos, empresário, informação verbal, 2020)⁷.

A razão de ser da existência dessa expansão espacial nessa época é sua função de reservatório da força de trabalho que já se dilatava desde a consolidação da atividade fabril na primeira metade do século XX, constituindo, assim, o primeiro reduto da classe trabalhadora fora das proximidades da fábrica e destacada da lógica de vila operária típica do início da república, e que regia a dinâmica da reprodução da força de trabalho no início da São João Nepomuceno moderna. Nesse processo, como a decisão de alocação da classe trabalhadora sai das rédeas diretas do patrão, passa a se tornar relevante a dinâmica relacionada à questão fundiária e ao preço da terra, uma vez que parte do custo da reprodução da força de trabalho ou dos meios de consumo coletivo passa ao aparato estatal, influenciando, desse modo, os critérios de escolha do espaço de alocação desse contingente.

O São José era o conhecido morro nas imediações a leste da rua Nazaré, reduto da antiga força de trabalho escrava urbana nas vizinhanças do Rosário (PONTES, 2019). Apesar de estabelecer bastante relação visual e de proximidade com a porção central já consolidada desde o início do século XX, o morro do São José só passou a se integrar efetivamente à dinâmica urbana são-joanense a partir de meados do século, mais especificamente nas décadas de 1940, muito provavelmente porque sua declividade muito acentuada constituía um obstáculo à expansão urbana para aquele lado e, assim como o Santa Rita, se tornou, no imaginário popular, um dos primeiros bairros pioneiros fora do eixo central já formado, com a

particularidade de ser o bairro mais integrado ao contexto do centro, tanto visualmente quanto espacialmente.

Sua ocupação se relaciona à dos demais bairros dos primórdios da expansão: abrigar um contingente da força de trabalho que se dilatava à medida que as décadas passavam e a atividade econômica, sobretudo da indústria têxtil, mas também de serviços que lhe davam suporte, se expandia. Sua urbanização foi possibilitada por meio da venda do terreno do morro do São José para o poder público municipal, e a construção das casas ficou a cargo de uma empresa privada, que realizaria ali uma espécie de empreendimento habitacional destinado a um contingente da força de trabalho da Companhia Sarmiento. Posteriormente, na década de 1980, foram aprovadas leis que autorizavam o prefeito a doar os terrenos para cada uma das famílias que haviam sido beneficiadas com as construções das casas, autorizadas mediante concessão de alvará durante as décadas anteriores⁸. Esse é o elemento estrutural que legitima todo o esforço de expansão urbana desse período: alocar os grupos de trabalhadores em regiões apartadas da porção central, geralmente em espaços de declividade bastante acentuadas e acesso mais trabalhoso, que até então não haviam sido convidativos para a expansão da cidade quando não existia ainda a problemática da reprodução da força de trabalho.

Há aqui dois fatores importantes a serem vistos, sobretudo pelo fato de oferecerem outros pontos de similaridade entre esses bairros pioneiros: a tipologia das habitações encontradas nesses locais e a relação da construção destas com a CFTS, empresa cuja abrangência nos aspectos sociais da cidade já foi mencionada. Em cada um desses bairros, em maior ou menor grau, houve a relação da fábrica com tal processo, algo, na verdade, automático, uma vez que se tratava de reprodução da força de trabalho ligada à expansão de sua produção. “Esse pessoal que morava, principalmente no São José, era quase que 100% funcionário da fábrica” (Geraldo Mendonça, 65 anos, engenheiro civil, informação verbal, 2020)⁹. Essa afirmação mostra de forma clara a relação de proximidade, bem como a abrangência da atividade industrial têxtil na vida das famílias são-joanenses.

⁶Resolução municipal nº7 de 1948.

⁷Entrevista realizada em 7 de março de 2020.

⁸Exemplos das doações deste gênero no bairro São José nas Leis Municipais 1357, 1368 e 1369 de 1985.

⁹Entrevista realizada em 7 de março de 2020.

Agora vou te falar do bairro São José, que o avô dele construiu (José Zeferino Barbosa, ou Zé Salu) [...] era o primeiro “BNH”, mas era BNH particular, do avô dele. Ele vendeu o terreno, e fez antes (Luciano Fonseca, 86 anos, empresário, informação verbal, 2020)¹⁰.

A fala de Luciano descreve, à sua maneira, como era a atmosfera do bairro São José, que está também nos demais bairros desse período. Ao mencionar a expressão “BNH”, ele está remetendo a uma configuração que possui aspecto semelhante às tipologias de casas unifamiliares dos projetos de habitação social característicos do meio do século XX, como muitos conjuntos dos Institutos de Aposentadoria dos Trabalhadores da Indústria (IAPÍ's) em todo o Brasil, ou até mesmo das vilas operárias mais antigas, com habitações padronizadas repetidas em fileira. Isso reforça a já mencionada razão de ser desses bairros: espaços diferenciados destinados ao trabalhador da indústria.



Figura 3. Habitações pioneiras no bairro Santa Rita. Fonte: Google Earth, 2019.

Acompanhando a mesma direção do bairro Santa Rita, também a oeste da linha do trem e destacados do núcleo central da cidade, desenvolveu-se mais um vetor de expansão do território urbano, o que viria reforçar a tendência permanente da

segregação dos contingentes da classe trabalhadora no sentido oeste. Nesse vetor surgem dois bairros muito próximos entre si, mas com características bem distintas: o Caxangá, que, pela primeira vez, ocupa um terreno de relevo mais baixo do que a região central da cidade e seguiu a mesma tendência de ocupação do Santa Rita e São José e o bairro que ocupa o chamado Alto Caxangá, que ficou tradicionalmente conhecido como Popular, situado no alto de um platô entre o Caxangá e o Santa Rita.

O Popular, que leva esse nome por motivos relevantes para a pesquisa, a rigor segue a mesma tendência e possui a mesma razão de ser dos demais, mas ele inaugura uma nova etapa no desenvolvimento da reprodução da força de trabalho, que vai ser também uma característica a se destacar de forma permanente nos próximos movimentos de expansão da cidade. Esse novo padrão, até então inédito, é marcado pela quase total intervenção do Estado nas etapas de constituição do espaço urbano, onde ele não mais se limita aos processos fundiários ou ao consumo coletivo, mas também passa a dar conta da própria reprodução da força de trabalho, de modo a envolver outros níveis federativos na modelagem do desenho urbano.

O surgimento desses primeiros bairros na cidade de São João coincide com mudanças significativas da política a nível nacional, como o início do chamado “período populista”, inaugurado pela Constituição de 1946. Juntamente à justificada euforia pelos novos ventos de democracia do período, surge também, a nível de Estado, os esforços de unificar e incrementar a política habitacional. O bairro Popular, bem como todos os demais bairros pelo Brasil que levaram esse mesmo nome, está ligado aos empreendimentos da Fundação da Casa Popular (FCP), frustrada instituição criada pela União em 1946, visando centralizar e unificar os esforços na área habitacional, então dispersos nas mãos dos institutos de aposentadoria (BONDUKI, 2014).

Esse platô pertencia ao poder público municipal, e foi doado, por meio de lei municipal no ano de 1954, diretamente à Fundação da Casa Popular para a construção de um conjunto habitacional de algumas dezenas de residências¹¹. Apesar do

¹⁰Entrevista realizada em 7 de março de 2020.

¹¹Houve duas leis em relação ao processo de incorporação das casas populares, uma lei que autorizava o prefeito a doar o terreno e decidir sobre a localização do bairro (Resolução nº28 de 1948)

envolvimento de diferentes níveis federativos, no caso, o município e a União, o que se percebe é o envolvimento do Estado do início ao fim, desde a escolha do local a ser feito, o desenho das ruas e a tipologia das residências, até a própria construção das casas e o financiamento. Aqui o Estado toma inteiramente para si o custo da reprodução da força de trabalho, o que se torna, pelo menos no caso são-joanense, um processo bastante presente a partir desse momento. Ao contrário dos demais bairros pioneiros, o Popular possui uma configuração mais variada de tipologias, apesar de apresentar uma tipologia específica que pode ser vista como a principal.



Figura 4. Residências pioneiras no bairro Popular. Fonte: Acervo pessoal, 2019.

1980 aos dias atuais: confecções e novas periferias

A expansão urbana de São João em meados do século XX constituiu, como já visto, um reflexo espacial do crescimento da atividade industrial dos anos 1940 e 1950, estando esse crescimento ligado à proeminência da CFTS na economia local. Seguiu também, na maioria das vezes, uma similaridade na morfologia e no processo de ocupação, de modo a consolidar, como já visto, uma tendência de expansão na direção oeste, do outro lado daquelas que se tornaram importantes fronteiras sociais: o córrego e a ferrovia.

e uma outra lei que efetivava a destinação da área escolhida para a Fundação da Casa Popular (Resolução nº142 de 1954).

O início da década de 1980 inaugura uma nova rodada de expansão urbana, e essa expansão se destaca da antiga principalmente devido às transformações pelas quais a cidade passa em seu aspecto econômico nesse período. A crise da CFTS durante os anos 1960 é uma espécie de prelúdio para a inauguração de um novo perfil industrial que viria mais tarde, marcado pela continuação da atividade têxtil com a Fábrica Santa Martha (nome mais recente da CFTS) e pelo início da nova indústria do vestuário que se instala no final da década de 1960¹², confirmando seu sucesso nas décadas seguintes. Essa transição para a nova economia de confecções vai originar, portanto, um perfil de crescimento urbano que guarda similaridades e diferenças com aquela expansão pioneira.

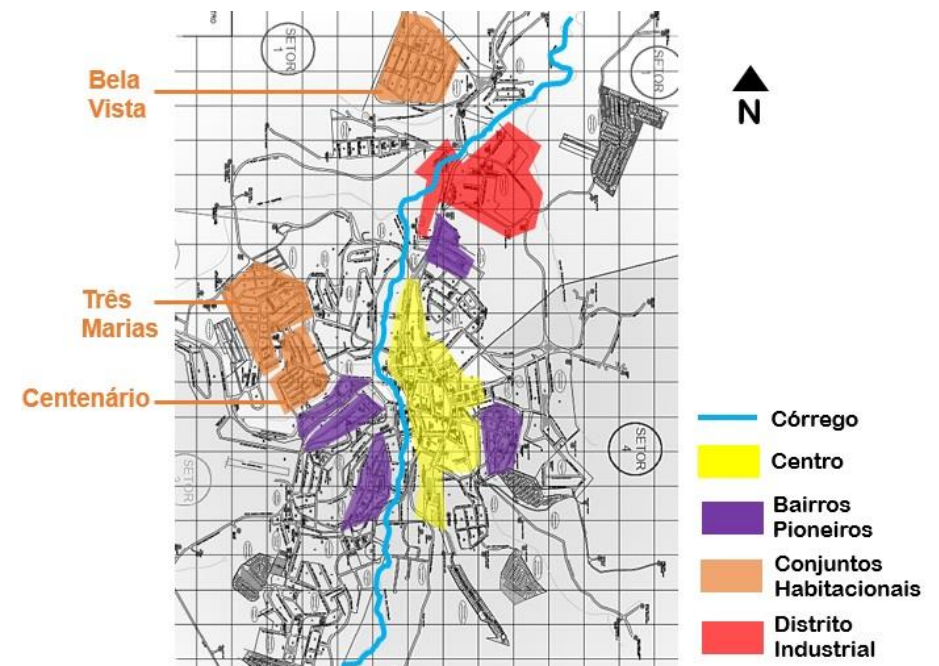


Figura 5. Os novos territórios a partir dos anos 1980. Fonte: Prefeitura Municipal de São João Nepomuceno.

¹²A empresa Confecções Marlu Ltda. (CNPJ [24.799.587/0001-09](https://cnpj.gov.br/24.799.587/0001-09)) foi a empresa pioneira do ramo de confecções em São João, tendo iniciado suas atividades a partir de 1969.

O bairro Centenário esse nome pela comemoração, em 1980, de cem anos da última emancipação do município, e seu empreendimento se deu por decisão do poder público municipal, tendo esse tratado de sua concepção desde a escolha do local a ser feito até o desenho urbano. Todo esse território, que era propriedade do município, foi loteado e cedido a centenas de famílias, num processo de doação por lei¹³ que se iniciou em 1980 e se completou nos anos seguintes. A tipologia das habitações segue o padrão de residências unifamiliares geminadas dispostas repetidamente em fila na sequência dos terrenos, esquema típico do modelo de resolução estatal tecnocrática da problemática da reprodução da era moderna (JACOBS, 2014), algo que já havia sido experimentado em São João décadas antes com o Popular, e que agora se confirma como tendência.



Figura 6. Residências pioneiras no bairro Centenário. Fonte: Acervo pessoal, 1985.

Seguindo a lógica de ocupação e tendência do estabelecimento de bairros populares a oeste, o bairro Três Marias se tornou o mais emblemático empreendimento habitacional de São João, talvez pelo fato de ter sido o mais abrangente e também o mais distante da região central entre os que já haviam sido realizados pelas mãos do poder público, sendo então o símbolo do aprofundamento da segregação entre os territórios urbanizados da cidade. Trata-se de uma vasta porção de terra nas

vizinhanças do bairro Centenário, que se tornou área prioritária para urbanização a partir de um decreto estadual de 1988, que declarou o local a ser usado para interesse social mediante desapropriação¹⁴. No ano seguinte, o poder público municipal é autorizado a celebrar convênio com órgãos federais, estaduais e municipais para a construção de casas populares¹⁵. Conforme previsto no decreto estadual, o processo de desapropriação é realizado pelo município mediante indenização, para o início da abertura das ruas e divisão dos lotes. As habitações ficariam a cargo do poder estadual através do Programa Comunitário de Habitação Popular do Estado de Minas Gerais¹⁶, tendo sido implantado ali o mesmo padrão típico das casas populares unifamiliares dispostas em fila, assim como já havia sido experimentado, embora com outras tipologias, no bairro Centenário uma década antes. Algum tempo depois, o executivo municipal ficou autorizado por lei¹⁷ a doar os lotes a cada um dos donatários que ocuparam o bairro ao longo da década de 1990.



Figura 7. Perspectiva do bairro Três Marias. Fonte: Google Street View, 2019.

O bairro Bela Vista é bastante similar a seu precedente Três Marias em todos os sentidos, com exceção do local a que foi destinado. Desta vez a escolha foi de um setor da cidade ainda mais descolado do urbano já existente, a norte do Distrito

¹³Leis 805 a 895 e 900 a 989 de 1980, que versam sobre as doações de faixas de terreno no bairro Centenário.

¹⁴Decreto Estadual 28.127 de 1988.

¹⁵Lei Municipal 1.575 de 1989

¹⁶Lei Municipal 2.076 de 2000.

¹⁷Lei Municipal 2.076 de 2000.

Industrial, no alto de um morro de acessibilidade complicada. Em 1997 foi sancionada uma Lei Municipal que autoriza a garantia pelo município de financiamento, via Caixa Econômica Federal, para projetos do Pró-Moradia¹⁸. As etapas seguintes são realizadas também por uma sequência de Leis Municipais no ano de 1999, tratando de concessões de direito real de uso a diversos tipos de beneficiados, bem como a alienação dos lotes para o prosseguimento do programa habitacional¹⁹. O conjunto passou por uma expansão na década seguinte, dessa vez mediante doação de imóveis de propriedade do município à COHAB-MG, conforme descrito em uma lei do ano de 2006²⁰. Apesar de realizada em tipologias diferentes, a conformação do espaço de reprodução composto de residências unifamiliares enfileiradas e repetidas às centenas mostra-se uma constante, tornando-se um padrão consolidado de construção do espaço urbano em uma porção significativa da cidade. Vale destacar para o bairro Bela Vista uma posição de pouca integração e de distância significativa em relação ao elemento urbano principal, o que provavelmente possui relação com a tentativa de redução deste custo de reprodução por parte do Estado.



Figura 8. Implantação do bairro Bela Vista. Fonte: Google Earth, 2017.

Aplicação das teorias do Estado no processo de expansão

A questão da participação do Estado na produção do espaço urbano de São João adquire, nesse momento, uma abrangência que deve ser levada em conta com trato especial. Como já mencionado, a concepção e implantação dos espaços de reprodução do contingente operário nos primórdios da produção têxtil local foram materializadas sob a configuração da vila operária (BONDUKI, 2014), gerando um ônus ao patronato que reduzia sua margem de lucro. A partir do processo de industrialização testemunhado desde 1930, no entanto, passa a existir um esforço de concentrar nas mãos do Estado vários setores (OLIVEIRA, 2003), como o consumo coletivo²¹ e a reprodução da força de trabalho, que vão de encontro à lógica do lucro, de modo a permitir uma margem do ganho empresarial que se destina agora à expansão da produtividade.

No contexto são-joanense esse processo também se torna verdadeiro, de modo que a partir dos anos 1950 quase a totalidade dos bairros da classe trabalhadora possui em maior ou menor grau a presença do poder público. Todos esses fatos são permeados permanentemente pela questão, levantada pelos teóricos já apresentados, a respeito de qual é a razão de ser desse modelo de participação do Estado. Uma vez que essas atribuições estão colocadas nas mãos do poder público, ele passa a ser o agente principal no suporte em relação aos meios de consumo coletivo e os meios de reprodução da classe trabalhadora. Esse processo indica que o Estado é o fiel da balança, legitimador da reprodução do capital pela construção dos suportes necessários, portanto, instrumento desse mesmo capital, tal como consideram Lojkine (1997) e Lefebvre (1999). No entanto, por mais que esse processo passe às mãos do Estado a partir de um determinado momento, o poder público poderia agir, como muitas vezes age no Brasil, pela sua ausência, deixando a cargo de cada família sua própria reprodução, a ser feita de modo desregulado e precário (MARICATO, 1996). O que vemos em São João, na maioria das vezes, é uma atuação positiva, de participação do poder público como construtor dos espaços de reprodução, o que reforça neste estudo a importância de compreender a ação do Estado como não somente um ator que faz o que o capital

¹⁸Lei Municipal 1.905 de 9 de julho de 1997.

¹⁹Lei Municipal 2.021 de 17 de dezembro de 1999.

²⁰Lei Municipal 2.384 de 26 de julho de 2006.

²¹Consumo coletivo, para Castells (1978), são os meios que indispensáveis à circulação e reprodução do capital mas, ao mesmo tempo, constituem obstáculos à lógica do lucro, como as infraestruturas de transporte, saúde e educação presentes em uma aglomeração urbana.

industrial quer. Para legitimar tal atuação, talvez haja a pressão por parte de outras forças que levam o Estado a tomar esses caminhos políticos em direção ao planejamento, o que contribui para a tese contrária, de que o Estado é, antes de mais nada, uma arena de disputa entre classes ou suas diferentes frações, tal como defende Poulantzas (SOUZA, 2006). O que ficou evidenciado nas pesquisas sobre os bairros é que há, pelo menos na porção dos espaços da classe trabalhadora, uma ação do Estado sistemática, do poder público que escolhe o desenho da cidade, mediante diversas escolhas tecnocráticas, como revelado por Miszal & Miszal (1984). Diante das informações obtidas, o que se tem é uma escala de diferentes níveis de atuação do Estado, mas com um grau considerável em muitos territórios. Em pelo menos quatro locais, Popular, Centenário, Três Marias e Bela Vista, podemos dizer que a presença do Estado foi grande ou total, abrangendo uma porção significativa do setor oeste da cidade, reduto por excelência da classe trabalhadora. Pode-se dizer, portanto, que em grande medida, o capital industrial dependeu do Estado para produzir espaços de reprodução, sobretudo a partir do momento em que o perfil industrial da cidade se diversifica para o vestuário.

Como já citado, Lojkine (1997) traz a contribuição de qual pode ser a abrangência do papel do Estado na produção da cidade capitalista, com um foco específico no poder de escolha, de maneira tecnocrática, da localização dos diferentes elementos de composição da dinâmica urbana. A abrangência estatal se fez presente na questão da terra e da habitação, tendo ambas sido desenvolvidas em paralelo. Pelo menos em três importantes locais já estudados, o Popular, o Centenário e o Bela Vista, houve uma implantação dos conjuntos em terrenos que já eram previamente do poder público, o que permitiu inaugurar a tendência que se mostrou constante em posicionar as classes trabalhadoras nos vetores oeste e norte. Em relação ao desenho e o financiamento dos projetos, para além das já conhecidas escolhas de localização realizadas, todo o projeto, desenho e tipologias realizadas ficou a cargo de uma vasta diversidade de órgãos públicos, programas habitacionais e escalas de poder.

Na perspectiva de Lefebvre, a dinâmica da construção do espaço urbano, como já apresentado, abrange três escalas, que vai da governamental G, passa pela média M até a particular P (LEFEBVRE, 1999). No caso de São João, a escala G é presente como construtora de boa parte do espaço urbano, sobretudo no seu lado oeste, que se apresenta por um mosaico de bairros de casas populares. No entanto, em relação à atuação do poder público como um elemento repressor e vigilante, é mais difícil de constatar uma atuação que se encaixe aos critérios de Lefebvre, não chegando a configurar, no caso em questão, uma sociedade do tipo “burocrática do consumo dirigido”²², que se caracteriza por uma atuação onipresente do Estado em todos os níveis, sobretudo no processo da vigilância aos cidadãos (LEFEBVRE, 1999).

Por outro lado, a contribuição de Lefebvre para o estudo e leitura crítica do espaço não se limita somente a essa análise de escalas. A sua posição a respeito do planejamento urbano como uma estratégia da classe burguesa para gerir o espaço e segregar remete ao já apresentado embate teórico dos lefebvrianos Lojkine e Gottdiener contra a perspectiva de Poulantzas a respeito do Estado (GOTTDIENER, 1985). Sem o intuito de confirmar a perspectiva de um ou outro lado, o que importa aqui é saber até que ponto esses pontos de vista se veem presentes. O que se percebe pelo estudo já realizado até aqui é a grande importância, nesta cidade da questão habitacional, que se reflete no tipo de atuação do poder público em tal aspecto da questão urbana. Dito isto, o mais relevante não é tentar descobrir se o Estado é ou não um elemento submisso que trabalha em prol dos interesses da classe burguesa, mas sim até que ponto sua atuação na reprodução é compatível com a estratégia burguesa para tirar a classe trabalhadora dos espaços de poder. Para Lefebvre, e também para nós, o que está em jogo é o quanto o planejamento urbano aos moldes tecnocráticos já conhecidos interfere na luta da classe trabalhadora pela cidade. De fato, e isso se faz presente em qualquer espaço urbano regido pela lógica moderna, há uma luta pela habitação, ou pelo menos uma narrativa da habitação que prevalece sobre a luta pela cidade, sendo esta, a luta pelos espaços de poder, e isso vai a favor da legitimação pelo Estado do processo de segregação

²²Esta expressão lefebvriana indica o grau máximo de controle estatal no planejamento e no controle social de uma sociedade, desde o comando total do desenho urbano até a vigilância sistemática dos espaços públicos (LEFEBVRE, 1999), característica de alguns governos como Singapura.

e hegemonia das classes proprietárias dos meios de produção. Mas é incerto se esse processo ocorre como uma espécie de acordo entre o Estado e capital empresarial, uma vez que o Estado é ainda uma arena de disputa, mesmo que desigual, entre classes ou frações de classe, na visão de Poulantzas (SOUZA, 2006).

Lefebvre ainda considera que há no planejamento urbano moderno uma narrativa que se reveste de uma face neutra para escamotear o verdadeiro objetivo da segregação nele embutido, e isso se faz sobretudo em regimes democráticos, onde o planejamento adquire uma atmosfera legítima por meio de processos legais pavimentados pelos poderes constituídos (LEFEBVRE, 1999). Esse pode ser o caso particular de São João e também de muitos exemplos pelo Brasil, que passou por um processo de redemocratização relativamente recente, mas perpetuou, em alguns momentos, o modo de organização da reprodução digno dos tempos autoritários anteriores. Vira uma espécie de moda, a partir de 1980, a consolidação da organização da reprodução da força de trabalho, em São João, sob a tutela do poder público, num período em que a política habitacional passava por uma importante transição, marcada por uma forte descentralização, pela via de “programas alternativos, promovidos, em geral, por administrações estaduais e municipais democráticas, que colocaram em prática propostas emanadas da sociedade que procuraram construir novos paradigmas de política urbana e habitacional” (BONDUKI, 2014, p.80). Dessa forma, o processo ocorrido em São João é híbrido, já que testemunhou de fato a descentralização da política habitacional, feita em grande parte pelos poderes estadual e municipal sem, no entanto, ter vivido uma experiência dos novos paradigmas emanados das lutas dos movimentos sociais urbanos.

A atuação do Estado nesse período divide politicamente as opiniões dos habitantes da cidade, sendo considerada, por um lado, uma atuação clientelista e com objetivos políticos em si mesmos e, por outro lado, uma atuação que de alguma forma contribuiu para ajudar as populações mais vulneráveis do município. O curioso é que, em nenhum dos pontos de vista do imaginário popular, existe de forma explícita a questão da segregação ou da legitimação do poder do capital pelo Estado. Considerando esses pontos de vista como relevantes para a pesquisa, eles se fazem importantes exatamente porque neles está contida a perspectiva do Estado como um elemento de disputa entre as classes, e não algo automaticamente alinhado aos desejos do capital. Tanto o clientelismo como a narrativa da ajuda aos mais

vulneráveis revelam o Estado como uma máquina interessada na sua própria reprodução de maneira autônoma, ou uma espécie de mediador entre as classes. Neste caso, por mais que não haja a posição lefebvriana do alinhamento automático, há certamente a questão do planejamento como uma narrativa neutra (LEFEBVRE, 1999) que esconde uma prática, em sua essência, ideológica, pois, por mais que essa perspectiva do Estado como um interessado autônomo seja reforçada, não há dúvidas de que, uma vez por ele organizados os espaços para a reprodução da força de trabalho, o capital industrial vai ter seus interesses satisfeitos de alguma maneira.

Da mesma forma que a reprodução do capital contribuiu durante muito tempo para o financiamento das moradias operárias (BONDUKI, 2014), se faz relevante também a reprodução do próprio Estado, com um leque de escalas em que o poder institucional age, desde um suporte minimamente protocolar até uma ação mais sistemática. O perfil dessa atuação segue uma lógica que acompanha de forma muito perceptível a dinâmica das classes, onde se vê uma espécie de tutela das instituições públicas por diversas vertentes, como gastos com financiamento da reprodução da moradia e do consumo coletivo, nas áreas de baixa renda a oeste e norte. Chama a atenção, em São João, o quão abrangente se deu a participação do poder estatal na implantação das áreas pobres, em contraponto à não ação estatal ou sua ausência no tratamento dos espaços de reprodução que marca a grande parte das periferias brasileiras e de outros países (MARICATO, 1996). Sem o intuito de julgar se essa presença estatal contribui positivamente para a vida dos habitantes, é certo que as duas formas de atuação do estado, da negligência à intervenção, levam a resultados totalmente distintos no imaginário, na paisagem e no modo de vida das sociedades.

Considerações finais

Em relação à participação do poder público na construção do espaço, percebeu-se, em São João Nepomuceno, a questão habitacional como política de Estado consolidada, testemunhada na produção de bairros pelo menos desde os anos 1950. Desta forma, torna-se difícil entender São João sem olhar o quão o Estado é participante e modelador de sua configuração espacial. Sua participação está ligada, em parte, à vocação industrial da economia do município. Uma vez que se inaugurou a tradição de vilas operárias na primeira parte do século XX, como se viu na

constituição de bairros como o São José e Santa Rita, o Estado, a partir do processo de industrialização mais consistente a partir da década de 1950, incrementa a legislação trabalhista e adapta a seu modo a vila operária, desta vez na forma de conjunto habitacional, mais abrangente em número, porém mais distante e segregado em termos espaciais. Ao trazer para si a responsabilidade da construção dos espaços de moradia da classe trabalhadora, o Estado deixa livre para o capital industrial investir o montante de sua acumulação com a expansão da atividade (OLIVEIRA, 2003). Se o perfil econômico desta cidade, portanto, fosse outro, provavelmente a atuação do Estado não seria a mesma.

Embora haja, conforme mostrado, a simbiose entre o Estado e os desejos da atividade industrial, e o fato de, nessa cidade, o aspecto habitacional ter se consolidado como uma política de Estado, a preocupação constante do poder público com a área da habitação não pode ser completamente explicada somente pela existência dos interesses do capital. Para as indústrias e a classe empresarial, uma política habitacional realizada pelo Estado ou um processo de rebaixamento total do custo de reprodução da força de trabalho por meio da não intervenção, sendo esta última a forma como se deu parte da industrialização no Brasil (OLIVEIRA, 2003), talvez não tenham muita diferença prática. Embora a relevância do capital industrial seja preponderante para entender a composição das antigas vilas operárias e conjuntos habitacionais em São João, outros fatores ligados aos próprios interesses do Estado explicam a decisão do poder público, neste município, em gastar com habitação. Um dos fatores é a questão fiscal, uma vez que ao se expandir as áreas urbanas, garante-se para o município novos montantes oriundos do imposto predial urbano. Além desse, outro fator, talvez mais decisivo, está ligado ao interesse eleitoral e à sobrevivência de certas classes políticas. A política habitacional é, muitas vezes, uma forma de acumulação de capital eleitoral frente a certos setores da sociedade. A construção de bairros de casas populares está ligada à execução de obras de grande vulto, facilmente notadas pela população local, o que possibilita serem encaradas como espécies de “marcas registradas” de determinadas gestões, criando um vínculo entre o poder público e as populações-alvo, apesar de seu caráter muitas vezes tecnocrático e clientelista. Em São João, portanto, tanto a sobrevivência eleitoral de grupos políticos quanto a reprodução do capital se valem desta tradição sedimentada de conjuntos habitacionais.

Referências

- BENEVOLO, Leonardo. **A História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- BONDUKI, Nabil. **Pioneiros da Habitação Social: cem anos de políticas públicas no Brasil**. São Paulo: UNESP; SESC, 2014.
- CASTELLS, Manuel. **City, Class and Power**. London: Macmillan Press, 1978.
- COSTA, Stéfano Muniz Figueiredo. **A crise da "Companhia Fiação e Tecidos Sarmento": memórias e narrativas operárias** (São João Nepomuceno/MG, 1960-1971) / Stéfano Muniz Figueiredo Costa. – 2016.
- GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: EDUSP, 1985.
- JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1995.
- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2009.
- LIPIETZ, Alain. **Miragens e Milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo**. São Paulo: Nobel, 1988.
- LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- QUINTANEIRO, Tânia. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

PONTES, Luís. **São João Nepomuceno: dois séculos de história**. Vol. I: o santo padroeiro e a fundação de São João Nepomuceno. Quinto Império Editora: Juiz de Fora, 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Together with the State, Despite the State, Against the State: social movements as critical urban planning agents**. Cite Seer X, vol.10, nº 3, 2006.